

LÍNGUA PORTUGUESA

O direito de não sentir medo

1 A pesquisa do Datafolha revela o que se poderia classificar como
2 "carece" dos jovens -- seus projetos mais importantes são trabalho, estudo e
3 família. Nenhuma de suas principais referências adultas demonstram
4 quaisquer sinais de contestação. A maioria, segundo a pesquisa, se diz de
5 "direita". O jovem ficou velho? Não, é apenas esperteza pragmática, com
6 toques de sabedoria.

7 Essa geração nasceu em um Brasil amedrontado, com a violência se
8 espalhando por todos os lados -- uma violência que se associa às drogas. É
9 um país amedrontado também pela falta de perspectivas; o desemprego
10 atinge com força os jovens e, especialmente, os mais pobres.

11 Nasceram, em suma, num país sem esperança, desequilibrado
12 emocionalmente por causa do medo cotidiano, com difícil acesso ao mercado
13 de trabalho e, para completar, com escolas ainda piores do que já foram.
14 Nessa loucura, eles querem apenas a paz de sentir o gosto de controlarem
15 suas vidas e prosperarem, confiando mais neles próprios do que em
16 salvadores da pátria. Querem apenas o direito de viver sem tanto medo.

17 O recado para nós, adultos, é claríssimo -- eles querem que os
18 governantes centrem mais e mais sua atenção no desenvolvimento do capital
19 humano que, em resumo, significa a possibilidade de descobrir e desenvolver
20 habilidades, sentindo-se autônomos. Isso é o que, segundo eles dizem na
21 pesquisa do Datafolha, significa sonho.

Gilberto Dimenstein

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/gilbertodimenstein/ult508u426693.shtml>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

01. No texto, os jovens brasileiros são vistos como

- (A) reacionários e sonhadores.
- (B) amedrontados e covardes.
- (C) conservadores e objetivos.
- (D) desequilibrados emocionalmente.

02. Entre as causas que explicariam o comportamento dos jovens brasileiros, o autor cita o(a)

- (A) esperteza pragmática dos governantes.
- (B) violência, a falta de perspectiva e o desemprego.
- (C) atenção dada ao desenvolvimento do capital humano.
- (D) falta de referências adultas e o difícil acesso ao mercado de trabalho.

03. De acordo com dados obtidos pelo Datafolha, o sonho dos jovens brasileiros é

- (A) lutar contra a violência no Brasil.
- (B) encontrar um verdadeiro salvador da pátria.
- (C) participar de movimentos políticos contestatórios.
- (D) ter autonomia e controle sobre suas próprias vidas.

04. Quanto ao gênero e ao tipo, o texto de Dimenstein é um

- (A) editorial em que se descreve o jovem brasileiro.
- (B) artigo jornalístico, claramente informativo e argumentativo.
- (C) relato que focaliza momentos da história recente do Brasil.
- (D) artigo de vulgarização científica que revela sérios dados de pesquisa.

05. Quanto aos fatos da língua, é correto afirmar que

- (A) as aspas foram utilizadas na palavra “carentice” (linha 2) para sinalizar um neologismo.
- (B) a próclise em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8) justifica-se pelo uso do registro informal.
- (C) “prosperar”, em “a paz de sentir o gosto de [...] prosperarem” (linhas 14-15), é, quanto à regência verbal, um verbo intransitivo.
- (D) a locução “em suma”, no enunciado “Nasceram, em suma, num país sem esperança” (linha 11), introduz uma conseqüência.

06. Haverá alteração de sentido, se substituirmos

- (A) “se associa às” por “tem relação com as” em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8).
- (B) “classificar” por “considerar” em “o que se poderia classificar como ‘carentice’ dos jovens” (linhas 1-2).
- (C) “amedrontado” por “atemorizado” em “Essa geração nasceu em um Brasil amedrontado” (linha 7).
- (D) “centrem” por “dispersem” em “eles querem que os governantes centrem mais e mais sua atenção” (linha 17-18).

07. Em relação ao sistema ortográfico e ao uso do sinal indicativo de crase, está correto o que se afirma em:

- (A) o vocábulo “país” é acentuado porque é oxítono tônico.
- (B) “família”, “pátria” e “difícil” seguem a mesma regra de acentuação.
- (C) “pragmático”, “autônomo” e “claríssimo” são palavras proparoxítonas.
- (D) o uso da crase em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8) é optativo.

08. A correlação entre o pronome e seu referente está indicada corretamente em:

- (A) “eles” refere-se a “jovens” em “eles querem apenas a paz” (linha 14).
- (B) “os” refere-se a “pobres” em “especialmente, os mais pobres” (linha 10).
- (C) “que” refere-se a “drogas” em “uma violência que se associa às drogas” (linha 8).
- (D) “eles” refere-se a “adultos” em “eles querem que os governantes centrem mais e mais sua atenção” (linha 17-18).

09. Em “Nasceram, em suma, num país sem esperança” (linha 11), o verbo está no plural porque

- (A) seu sujeito é plural.
- (B) seu sujeito é composto.
- (C) tem uma oração como sujeito.
- (D) obedece a uma concordância ideológica.

10. Em correspondência oficial endereçada aos chefes de Poder, é adequado utilizar no vocativo e no fecho os seguintes termos:

- (A) “Senhor...” e “Cordialmente”.
- (B) “Digníssimo Senhor...” e “Amigavelmente”.
- (C) “Meritíssimo Senhor...” e “Atenciosamente”.
- (D) “Excelentíssimo Senhor...” e “Respeitosamente”.

LEGISLAÇÃO

11. A Lei nº 483 de 18 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal de Xinguara, Estado do Pará, considera como requisito básico para investidura em cargo público:

- (A) a idade mínima de 21 anos.
- (B) escolaridade superior.
- (C) quitação com obrigações financeiras.
- (D) o gozo dos direitos políticos.

12. É condição essencial para investidura do cargo público a:

- (A) aprovação em concurso público.
- (B) vacância legal.
- (C) posse.
- (D) realização de prova de títulos.

13. O concurso público terá validade de até:

- (A) 2 (dois) anos, sendo improrrogável.
- (B) 3 anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- (C) 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- (D) 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais um ano.

14. A estabilidade do servidor público, dar-se-á:

- (A) após dois anos de efetivo exercício funcional.
- (B) após três anos de efetivo exercício funcional.
- (C) após sentença judicial transitada em julgado.
- (D) após nomeação em concurso público.

15. Sobre a gratificação natalina do servidor público, é correto afirmar que:

- (A) corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no ano anterior.
- (B) corresponde a 1/12 (um doze avos) das gratificações a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- (C) corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- (D) corresponde a 1/12 (um doze avos) mais 1/3 (um terço) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

16. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço:

- (A) com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (B) sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (C) sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
- (D) sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

17. Sobre o(s) vencimento(s) de cargo efetivo, é correto afirmar que:

- (A) são irredutíveis.
- (B) poderão ser reduzidos de acordo com o interesse da administração pública.
- (C) não serão acrescidos de outra vantagem.
- (D) não possuem valor fixado em lei.

18. De acordo com a Lei nº 483/2001, da prefeitura municipal de Xinguara, os servidores cumprirão jornada de trabalho de:

- (A) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço ou seis horas diretas sem nenhum intervalo, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta horas e a mínima de trinta horas.
- (B) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço ou seis horas diretas com intervalo de quinze minutos para o lanche, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta e quatro horas e a mínima de trinta horas e seis.
- (C) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta horas.
- (D) oito horas diárias com intervalo de duas horas para almoço ou seis horas diretas com intervalo de quinze minutos para o lanche, obedecendo à duração máxima de trabalho durante a semana de quarenta horas e a mínima de trinta horas.

19. À forma de provimento, em cargo mais compatível com o servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica oficial, denomina-se:

- (A) readaptação.
- (B) promoção.
- (C) reversão.
- (D) reintegração.

20. Sobre a promoção funcional, é correto afirmar que:

- (A) interrompe o tempo de exercício na carreira.
- (B) não interrompe o tempo de exercício na carreira.
- (C) será efetivada somente a funcionários que ocupam cargos vagos.
- (D) não assegura maior vencimento base ao servidor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Inventário Florestal é a base para o planejamento do uso sustentável dos recursos florestais. Através dele, é possível a caracterização de uma determinada área e o conhecimento quantitativo e qualitativo das espécies que a compõe. Dentre os tipos e características de inventários florestais

- (A) O inventário pré-exploratório ou detalhado é feito com 100% de intensidade e com a mensuração de todos os indivíduos existentes na área demarcada observando-se cuidados relacionados com os erros de medição.
- (B) O inventário florestal com fins madeireiros visa principalmente fornecer estimativas mais precisas relacionadas principalmente aos parâmetros da população florestal, dados da composição florística e dados fitossociológicos.
- (C) O censo florestal é uma modalidade de inventário onde são observados apenas uma parte da população e obtém-se uma estimativa dos seus parâmetros, a qual traz consigo um erro de amostragem.
- (D) O inventário de reconhecimento geralmente é utilizado em pequenas unidades amostrais, especialmente quando os resultados devem ser obtidos no menor espaço de tempo, pelo menor custo e com maior precisão.

22. A Lei ambiental do Estado do Pará, Lei n.º 5.887/95 dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e cria o Sistema Estadual de Meio Ambiente, com a finalidade de implementar a Política Estadual Ambiental. De acordo com essa Lei:

- (A) A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA é órgão normativo, consultivo e deliberativo da Política Estadual de Meio Ambiente.
- (B) O Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA é órgão central com a função de planejar, coordenar, executar, supervisionar e controlar a Política Estadual do Meio Ambiente.
- (C) O combate à pobreza e à marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais são condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável.
- (D) O direito de sigilo às informações ambientais deve ser assegurado a todos aqueles que explorem e/ou conservem os recursos naturais.

23. Dentre os critérios ou métodos mais recomendados para a avaliação econômica de projetos florestais

- (A) O Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR) são métodos que não consideram a variação do valor do capital no tempo.
- (B) A Taxa Interna de Retorno (TIR) e a razão Benefício/Custo (B/C) são métodos que consideram a variação do capital no tempo.
- (C) Uma desvantagem da análise da razão Benefício/Custo (B/C) é a impossibilidade de comparar projetos considerados compatíveis e independentes.
- (D) O método do Valor Presente Líquido (VPL) constitui o desconto, para o presente, de todos os fluxos de caixa esperados de um investimento.

24. A legislação florestal (Portaria 048/95) refere-se ao manejo florestal como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto de manejo. Sobre essa atividade, pode-se afirmar:

- (A) O corte de cipós é realizado após a derrubada das árvores e visa facilitar o acesso do trator florestal para o arraste das toras.
- (B) O rendimento volumétrico por hectare com o uso do Manejo Florestal Sustentável é sempre superior aos rendimentos obtidos através da exploração tradicional.
- (C) O manejo não interfere no ciclo de corte de um povoamento florestal, pois este depende exclusivamente da velocidade de crescimento das espécies remanescentes.
- (D) Os tratamentos silviculturais aplicados ao manejo florestal são de grande importância e apresentam impacto decisivo na produção das futuras safras de madeira.

25. Manejo de fauna é um tipo de intervenção humana que ocorre de forma ocasional ou sistemática, em cativeiro ou na natureza, visando manter, recuperar e controlar populações silvestres, domésticas, domesticadas ou asselvajadas para garantir a estabilidade dos ecossistemas, dos processos ecológicos ou dos sistemas produtivos. Em relação as modalidades e objetivos do manejo faunístico,

- (A) O manejo para fins comerciais visa, apenas, à produção de animais vivos para servirem como plantel inicial de criadouros e zoológicos, não sendo possível, disponibilizá-los ao mercado como animais de estimação.
- (B) Para fins científicos, visa agir diretamente sobre espécimes ou populações animais em vida livre para delas obter informações e dados necessários para a sua conservação ex-situ.
- (C) O manejo visando concorrência com o tráfico objetiva desestimular e combater o tráfico de animais silvestres, oferecendo aos consumidores animais com origem legal e sanidade conhecida, reduzindo, assim, a pressão de apanha e captura de animais na natureza.
- (D) O manejo para consumo próprio visa atender agricultores e produtores rurais que desejam criar animais silvestres em cativeiro para consumo de sua família, e comercialização esporádica.

26. Para reflorestar uma área de 150 hectares com mudas de raízes nuas de uma determinada espécie florestal, com espaçamento no campo de 4X2,5m e admitindo-se um índice de aproveitamento de 85% no plantio, o número de mudas que serão necessárias produzir em viveiro será de

- (A) 165.000.
- (B) 140.250.
- (C) 172.500.
- (D) 127.500.

27. A hidrologia florestal trata das relações floresta-água. É o ramo da hidrologia que trata dos efeitos da floresta sobre o ciclo da água, incluindo os efeitos sobre a erosão e a qualidade da água nas bacias hidrográficas. Com base no exposto, pode-se afirmar que:

- (A) A evapotranspiração no regime hidrológico, refere-se à água devolvida à atmosfera devido à evaporação direta do solo, rios e lagos e à transpiração das plantas.
- (B) A infiltração da água das chuvas no solo é determinada pela porosidade dos mesmos, portanto, quanto maior a porosidade, maior o escoamento superficial.
- (C) A função de interceptação pluviométrica que a floresta exerce refere-se à retenção, nas camadas de solo abaixo da superfície florestada, da água das chuvas infiltrada para o subsolo.
- (D) A abundante pluviosidade e a elevada porosidade dos solos sob a floresta, tornam a perda de nutrientes por percolação mais elevado nesse tipo de superfície do que em plantios agrícolas.

28. O capítulo da Constituição que trata sobre o tema meio ambiente estabelece as competências dos entes da Federação sobre essa matéria. No entanto, ainda há conflitos relativos aos papéis e competências nos diversos níveis da administração pública. Quanto às competências municipais sobre a matéria meio ambiente, podemos afirmar:

- (A) O artigo 24 estabelece a competência da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal de legislar concorrentemente, entre outros, sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.
- (B) Os municípios não estão contemplados no art. 24 da Constituição, mas compete-lhes legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.
- (C) O artigo 24 da Constituição permite ao município legislar concorrentemente a União, Estados e Distrito Federal sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, desde que previsto na Lei Orgânica Municipal.
- (D) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas preservar as florestas, a fauna e a flora é competência exclusiva dos Municípios, quando se tratar de assuntos de interesse local.

29. O Plano Diretor Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e parte integrante do processo de planejamento municipal. É uma lei que corresponde ao conjunto de regras básicas de uso e ocupação do solo, que orientam e regulam a ação dos agentes sociais e econômicos, públicos ou privados, sobre o território do município como um todo. Nesse sentido:

- (A) A Lei Orgânica ou Plano Diretor Municipal, equivale, em termos municipais à Constituição do país e é o instrumento constitucionalmente habilitado a regular o processo político em âmbito local.
- (B) Por tratar de tema Constitucional sobre uso e ocupação do solo territorial no município, o Plano Diretor é uma lei que é elaborada pela Câmara Municipal e sancionada pela Câmara Federal.
- (C) Como parte de todo o processo de planejamento municipal o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual devem incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no Plano Diretor Municipal.
- (D) Muitas vezes, o Plano Diretor pode ser a base para a institucionalização de processo permanente de planejamento. Por isso, ele não pode ser continuamente revisto, exceto em cidades com mais de vinte mil habitantes.

30. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Com relação à Lei do SNUC, temos que :

- (A) As Unidades de Conservação de Uso Sustentável prevêm somente o uso indireto dos recursos naturais.
- (B) As Áreas de Proteção Ambiental – APA são Unidades de Conservação de Proteção Integral.
- (C) As Unidades de Proteção Integral só admitem atividades como o extrativismo, mediante plano de manejo.
- (D) Reserva de Fauna é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável de posse e domínio públicos.